



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

POLITICA DE INVESTIMENTOS 2018

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PALHANO – FMPS**



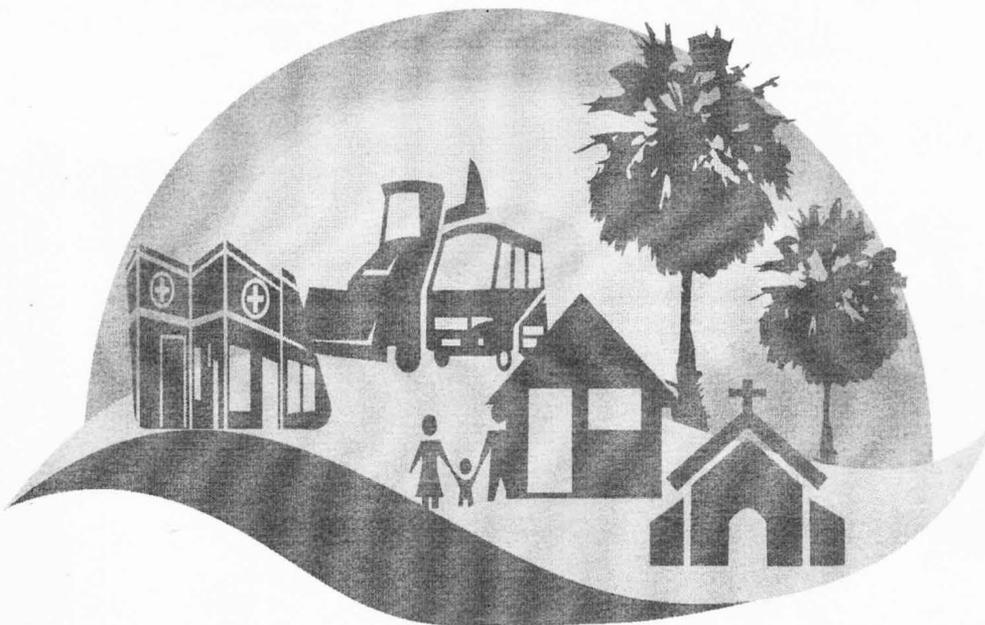


ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCÍCIO: 2018

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Resolução CMN nº 3.922/10, nº 4.392/14 e nº 4.604/17, e nas Portarias MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações subsequentes.

GESTÃO: EDINALVA FRANCISCA LIMA SILVA – Gestora



8



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

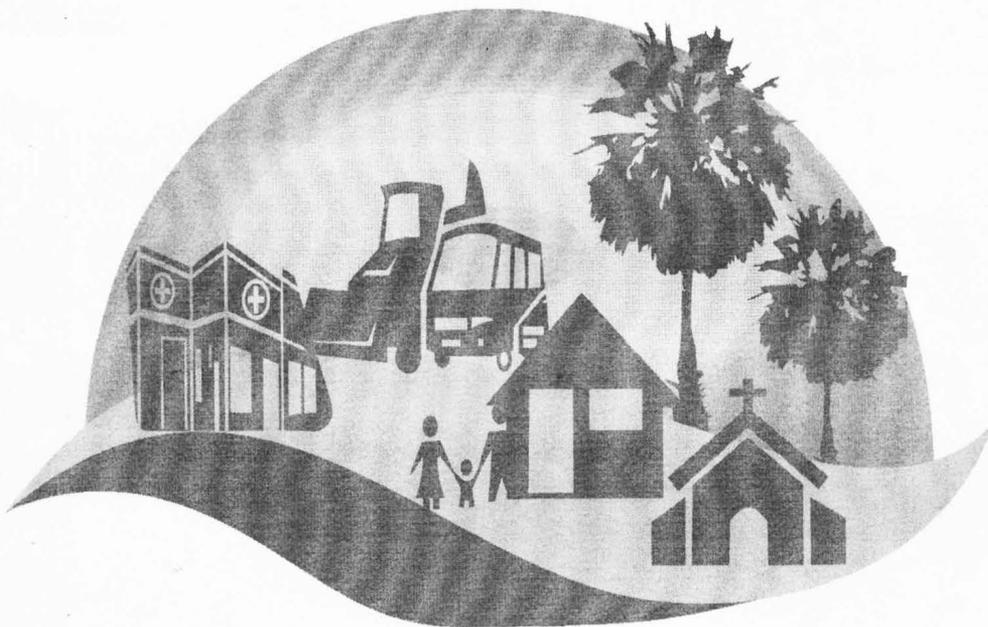
META ATUARIAL: Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6% a.a.

APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR DE SUPERVISÃO E DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO REALIZADA EM 27/12/2017 CONJUNTAMENTE COM CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:

(x) Impresso (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. MODELO DE GESTÃO	6
3. META ATUARIAL	6
4. ESTRUTURA DE GESTÃO DE ATIVOS	6
4.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS	6
4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	7
4.3 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE RATING	8
4.4 AGENTES CUSTODIANTES	8
5. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	8
5.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO	8
5.1.1 PERSPECTIVAS	8
5.1.2 ATUAL CONTEXTO NACIONAL	9
5.1.3 ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL	11
5.1.4 CENÁRIO 2016	12
6. LIMITES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	15
6.1 RENDA FIXA	15
6.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS	15
6.1.2 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS	15
6.1.3 FI EXCLUSIVO EM TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	15
6.1.4 FI RENDA FIXA OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RENDA FIXA	15
6.1.5 FI EM INDICADORES DE RENDA FIXA	16
6.1.6 FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO ABERTO	16
6.1.7 FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO FECHADO	16
6.1.8 FI RF OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RF CRÉDITO PRIVADO	16
6.2 RENDA VARIÁVEL	16
6.2.1 FI REFERENCIADOS EM AÇÕES	16
6.2.2 FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES	17
6.2.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADOS (ABERTOS)	17
6.2.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (FIP)	17
6.2.5 FUNDO IMOBILIÁRIO	17
6.3 IMÓVEIS	17
6.4 LIMITES PARA EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	18



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

7. CARTEIRA PREVISTA DE INVESTIMENTOS - 2018	18
7.1 MACRO ALOCAÇÃO	18
7.2 MICRO ALOCAÇÃO PROJETADA	19
7.2.1 PROJEÇÃO DE RENTABILIDADE DA MICRO ALOCAÇÃO	19
7.2.2 RESUMO DO CÁLCULO ATUARIAL	20
7.3 ENQUADRAMENTO	20
7.4 CENÁRIOS DOS RETORNOS ESPERADOS	20
8. VEDAÇÕES	21
9. CONTROLES DE RISCOS	21
9.1 RISCO DE MERCADO	21
9.2 RISCO DE LIQUIDEZ	22
9.3 RISCO DE CRÉDITO	22
9.4 RISCO DE DESCASAMENTO (ATIVO / PASSIVO)	22
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APLICAÇÕES E RESGATES	22
10.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA APLICAÇÃO	22
10.2 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA RESGATE	23
11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO / ACOMPANHAMENTO INVESTIMENTOS	23
12. DISPOSIÇÕES GERAIS	23
12.1 VIGÊNCIA	24
12.2 REAVALIAÇÕES	24
12.3 FORMAS DE DIVULGAÇÃO	24
12.4 RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE INVESTIMENTOS	24
12.5 DISPOSIÇÕES GERAIS	24
12.6 DELIBERAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	25
12.7 DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS	27



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

1. Introdução

o FMPS – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PALHANO – FMPS, atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos regimes próprio de previdência social (RPPS), em especial a Resolução CMN Nº 3922, de 26 de novembro de 2010, em seu art. 4º, o FMPS vem por meio de sua gestão elaborar e implantar a sua Política de Investimentos para o ano de 2018.

A versão elaborada pelo FMPS consiste em um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos. Desta forma, a política de investimentos do FMPS definirá:

- O modelo de gestão;
- A estratégia de gestão de recursos;
- Os Parâmetros de rentabilidade perseguidos;
- Os Limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

Destaca-se que a presente política norteia-se na transparência, segurança, liquidez e rentabilidade dos ativos. Serve também, como base a todos os normativos internos do RPPS. Algumas medidas devem fundamentar a confecção de tal Política, sendo que a primeira a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas no cálculo atuarial.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas, tendo como referência as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Modelo de Gestão

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do FMPS, o modelo de gestão adotado é o da GESTÃO PRÓPRIA. A estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc., visando igualmente a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

o FMPS poderá contratar consultoria de valores mobiliários desde que credenciada junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), especializada em investimentos junto aos RPPS e sem vínculo com instituição financeira, para orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlato aos seus investimentos e principais riscos ao qual está exposto.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

3. Meta Atuarial

A gestão da alocação para o exercício de 2018 entre os Segmentos, têm o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da Taxa da Meta Atuarial (TMA), que é igual à variação do INPC + 6% a.a. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

4. Estrutura de Gestão de Ativos

4.1 Critérios de Avaliação dos Agentes Financeiros

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciados junto O FMPS, de acordo com o Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela Presidência em conjunto com o Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, tendo os seguintes critérios básicos:

Qualitativos:

- Histórico e características da empresa e dos controladores, levando em consideração a tradição e idoneidade da mesma;
- Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes;
- Fornecimento de relatórios e informações para o RPPS;
- Processo de *Risk Management*;
- Corpo de profissionais especializados na gestão de recursos de terceiros e *turnover*;
- Especialização para atuação em diversos mercados (RF e RV);
- Controle de risco interno;

Quantitativos:

- Avaliação da performance análise de rentabilidade e risco dos seus respectivos fundos;
- Total de recursos administrados;
- Parcela de recursos administrados correspondentes a investidores institucionais;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

- Taxas de administração propostas;

4.2 Critérios de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de **Renda Fixa**, será usado preferencialmente o **Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices**, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela Presidência, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Presidência e Colegiado em suas reuniões ordinárias;

Para os fundos de **Renda Variável**, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBrX e IBrX-50, onde também serão avaliados pela Presidência em suas reuniões mensais.

4.3 Critérios de Definição de Rating

Para avaliação das instituições financeiras gestoras de recursos, fundos de investimentos financeiros abertos e das instituições intermediadoras, serão escolhidos, preferencialmente, classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como **"Investment Grade"**, fundamentadas em classificações de risco (rating) no mínimo **"BBB+"** conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS DE CRÉDITO (EMPRESAS DE RATING)

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH IBCA		ATLANTIC RATING	SR RATING	GARANTIAS	RISCO	GRAU	
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo						
A1+	AAA	P 1	Aaa	F1+	AAA	AAA	AAA	Muito Fortes	Muito Baixo	I N V E S T I M E N T O	
	AA+		Aa1		AA+	AA+	AAA-				AAA-
	AA		Aa2		AA	AA	AA				AA
	AA-		Aa3		AA-	AA-	AA-				AA-
A1	A+	P 2	A1	F 1	A+	A+	A+	Fortes	Baixo	E S T I M E N T O	
	A-		A2		A-	A-	A-				A-
A2		P 3	A3	F 2	A-	A-	A-	Adequadas	Médio	M E D I O	
			Baa1		BBB+	BBB+	BBB+				BBB+
			Baa2		BBB	BBB	BBB				BBB
A3	BBB+	Not Prime	Baa3	F 3	BBB-	BBB-	BBB-	Moderas	Mediano	E S P E C U L A T I V O	
	BBB		Baa1		BB+	BB+	BB+				BB+
	BBB-		Baa2		BB	BB	BB				BB
B	BB+	Not Prime	Baa3	B	BB-	BB-	BB-	Insuficiente	Alto	A L T O	
	BB		Ba1		B+	B+	B+				B+
	BB-		Ba2		B	B	B				B
C	B+	Not Prime	Ba3	C	B-	B-	B-	Trazos de Default	Muito Alto	M U L T I P L I C A D O	
	B		Ba1		CCC (+)	CCC (+)	CCC (+)				CCC (+)
	B-		Ba2		CC (+)	CC (+)	CC (+)				CC (+)
D	CCC	Not Prime	Ca	C	C	C	C	Default Provável	Extremo	P E R D A	
	CC		Cb		C (-)	C (-)	C (-)				C (-)
	C		Cc		D	D	D				D
D	C	Not Prime	C	D	D	D	D	Default Iminente	Máximo	P E R D A	
	D		D		D	D	D				D
					D	D	D	Inadimplente	Perda		
					D	D	D				

4.4 Agentes Custodiantes

De acordo com o art. 17 da Resolução CMN Nº 3.922/2010, salvo para aplicações realizadas por meio de fundos de investimentos, a atividade de agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

5. Estratégia de Alocação de Recursos

5.1 Cenário Econômico – 1º Semestre 2017





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

5.1.1 Internacional

De acordo com a agência europeia de estatísticas, Eurostat, a economia da zona do euro, composta por 19 países, evoluiu 0,6% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao anterior e 1,9% na comparação anual. Foi o melhor desempenho desde o primeiro trimestre de 2015. O consumo das famílias contribuiu com 0,2 ponto percentual e a formação fixa de capital com 0,3 ponto. Em base anualizada, o crescimento foi de 2,3%.

Entre as economias mais importantes do bloco econômico, a da Alemanha cresceu 0,6%, na base trimestral e 1,7% na anual, a da França 0,5% e 1,1%, a da Itália 0,4% e 1,2% e da Espanha 0,8% e 3%, respectivamente. Já a economia do Reino Unido, membro da União Europeia – UE, cresceu 0,2% no primeiro trimestre, em relação ao anterior e 2% na comparação anual.

Quanto ao desemprego na zona do euro, a taxa ficou em 9,1% em junho. Na Alemanha ele foi de 3,8%, nova mínima histórica, na Espanha 17,22% e na Itália de 11,1%, nesse mês. Na França foi de 9,6% em março.

Em junho, os preços ao consumidor tiveram alta de 1,3% na base anual, depois de terem quase encostado na meta de 2%, do BCE, três meses antes. Assim, seguindo em sua luta para evitar a tão temida deflação, o Banco Central Europeu, em sua reunião no início de junho, manteve a taxa básica de juros em 0% e a de depósitos bancários em -0,4%, bem como o seu programa de estímulos quantitativos, reduzido de € 80 bilhões para € 60 bilhões mensais, a partir de abril.

Foi de 1,4% o crescimento da economia americana no primeiro trimestre de 2017, em taxa anualizada. Desde o segundo trimestre de 2016, foi a menor taxa de expansão. Além dos gastos dos consumidores, responsáveis por quase 70% da economia americana, o salto nas exportações contribuiu para o resultado.

Por sua vez, o mercado de trabalho continuou bastante forte. Em junho, 222 mil novos postos de trabalho não rural foram criados, quando o esperado eram 174 mil. A taxa de desemprego, de 4,3% em maio, subiu para 4,4% em junho, com maior número de pessoas procurando emprego.

Em sua reunião, em meados de junho, o comitê de política monetária do FED, o banco central americano, decidiu pela segunda vez neste ano elevar a taxa básica de juros, desta feita da banda entre 0,75% e 1% para 1% e 1,25% a.a. Na ata, as autoridades do FED mostraram-se divididas sobre o cenário para a inflação, ainda abaixo da meta de 2% e como ela pode afetar o ritmo da alta dos juros no país. Vários participantes expressaram preocupação de que a atual fraqueza dos índices de preço pode persistir.

No primeiro trimestre deste ano, a economia chinesa cresceu 6,9% na comparação anual, superando a meta do governo, de 6,5%. Colaboraram fortemente com o resultado os gastos governamentais em infra-estrutura mais elevados e o boom imobiliário que ajudou a produção industrial a ter o ritmo mais forte em mais de dois anos.

Outra boa notícia foi a recomposição das reservas internacionais da China, que atingiram US\$ 3,05 trilhões em maio, depois de terem recuado no ano passado. Quanto à economia do Japão, a expansão no primeiro trimestre de 2017 foi a uma taxa anualizada de 1%, bem abaixo da previsão de 2,4%.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Renda Fixa

Se por um lado, os principais bancos centrais do mundo ainda não agem de forma harmônica, por outro, pelo menos estão começando a se comportar de forma menos dissonante.

O Banco Central Europeu, por exemplo, já passou a descartar mais cortes nas taxas de juros e sinalizou que se move cautelosamente na direção da saída de seu programa de estímulos, enquanto o Banco do Japão não mostra a intenção de retirar os que adotou. O banco central americano, o FED está bem adiante deles. Já elevou a taxa básica de juros pela terceira vez desde o final do ano passado, mesmo com a inflação do consumidor ainda baixa. Fato que tem mantido as taxas de juros dos títulos soberanos em patamares ainda muito baixos.

Nesse contexto, o rendimento dos títulos de 10 anos emitidos pelo governo britânico (UK Gilt) passou de 0,92% a.a., no final do primeiro trimestre, para 1,23% a.a., no final do semestre e o dos títulos do governo alemão (Bund) de 0,31% a.a., para 0,36% a.a. Já os títulos de 10 anos do governo americano (Treasury Bonds) tiveram o seu rendimento alterado, no mesmo período, de 2,38% a.a., para 2,37% a.a. e os de 30 anos de 3,02% a.a. para 3% a.a.

Renda Variável

Para as bolsas internacionais, o semestre foi de desempenhos positivos. Com os bons resultados corporativos, os índices acionários europeus atingiram as máximas em dois anos. O índice Dax 30 (Alemanha) acumulou alta de 8,14% no semestre, enquanto o FTSE 100 (Grã-Bretanha) subiu 2,28% nesse período.

Nos EUA, as bolsas voltaram a atingir níveis recorde, com a continuada melhora da economia. O índice S&P 500 apresentou alta semestral de 8,24%.

Na Ásia, o índice Shanghai SE Composite (China) subiu 2,86% no semestre, enquanto o índice Nikkei 225 (Japão), se valorizou em 4,81% no período.

No mercado de commodities, o petróleo, o principal produto, não teve resultado favorável. Mesmo com a ação da OPEP em reduzir a produção, os preços não se elevaram. Muito pelo contrário, o preço do tipo Brent caiu 15,66% no semestre, o que muito contribuiu com as baixas taxas de inflação mundo afora.

a. Internacional – Perspectivas 2º Semestre 2017

O Banco Mundial acredita que o crescimento global será de 2,7% neste ano, graças a uma maior produção industrial e aceleração do comércio internacional, além do aumento da confiança nos mercados e de certa recuperação nos preços de commodities. Para ele, as economias avançadas, especialmente na Europa e o Japão, mostram sinais de melhora, enquanto os maiores mercados emergentes voltaram a impulsionar o crescimento global. Para o FMI, a economia global continua se recuperando e deverá crescer 3,5% em 2017 e 3,6% em 2018.

Em relação à zona do euro, o FMI conforme relatório de abril tem a expectativa de um crescimento de 1,7% em 2017 e de 1,6% em 2018. Para o Banco Central Europeu, a economia da zona do euro se mostra cada vez mais sólida.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

embora ainda seja cedo para declarar vitória nos esforços para se evitar uma deflação. Os dados econômicos já divulgados indicam bom crescimento também no segundo trimestre. O indicador de confiança na economia da região subiu, em junho, para o ponto máximo em dez anos.

Para a economia alemã, o FMI previu crescimento de 1,6% em 2017 e 1,5% em 2018. Para a economia francesa estimou um crescimento de 1,4%, este ano e de 1,6% no próximo. Para a italiana, 0,8% e 0,8% e para a espanhola 2,6% e 2,1%, respectivamente.

Em sua última reunião já em julho, os integrantes do BCE foram unânimes ao escolher não mudar suas orientações para a política monetária e não estabelecer uma data para discutir mudanças em seu programa de estímulos, embora ele já esteja sendo reavaliado.

Para a Rússia, país emergente do continente europeu, o FMI projetou a alta do PIB em 1,4% para este ano e para o próximo.

O Fundo Monetário Internacional acredita que a economia americana crescerá 2,1% em 2017 e 2,5% em 2018. Em abril estimava o crescimento deste ano em 2,3%, mas reduziu ante a falta de detalhes sobre os planos do governo de Donald Trump. Acredita que significativas incertezas em matéria de política econômica representam riscos para o desempenho da economia, embora o mercado de trabalho se mostre bastante robusto.

Já na reunião de julho, o FED manteve inalterada a taxa básica de juros no intervalo entre 1% e 1,25% aa, sem dar sinais sobre a possibilidade de nova alta este ano. No entanto, confirmou que planeja começar a reduzir sua participação em ativos comprados por conta da crise financeira de 2008 e manter em carteira apenas os títulos federais, no longo prazo, conforme a sua Gestora Janet Yellen. Confiante no futuro, ela também disse acreditar que durante a sua existência, não haverá outra crise financeira nos EUA. Para a China, o FMI previu uma evolução do PIB de 6,7%, em 2017 e de 6,2% em 2018.

Ao mencionar a previsão deste ano, o fundo citou a importância do suporte da política monetária, especialmente na ampliação do crédito e do investimento público em expansão. Para o Banco Mundial, que estima um crescimento de 6,5% em 2017, a aposta do governo em mudar o modelo econômico para que seja menos dependente das exportações e dos investimentos públicos, continuará dando os seus frutos a uma velocidade gradual.

Em relação ao Japão, o FMI estimou um crescimento de 1,2% em 2017 e de 0,6% em 2018. Em sua reunião de junho, quando deixou a sua política monetária inalterada, o banco central japonês ofereceu uma visão mais otimista sobre o consumo privado e as economias externas, sinalizando confiança de que a recuperação está ganhando força. Para a Índia o FMI estimou um crescimento de 7,2% em 2017 e de 7,7% em 2018.

Renda Fixa

Depois da experiência inédita do afrouxamento monetário, através de gigantescos estímulos quantitativos, os principais bancos centrais do mundo começam a planejar como adotarão a experiência inédita do aperto quantitativo.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

saindo dessa situação. O balanço patrimonial do FED, do BCE e do Banco do Japão soma atualmente cerca de US\$ 13 trilhões, mais que o PIB da China ou da zona do euro.

Mas enquanto os mercados financeiros internacionais continuarem apegados às perspectivas de haver crescimento econômico e inflação, a expansão firme dos balanços dos bancos centrais via afrouxamento quantitativo continuará a manter os preços das ações em patamares recordes e os prêmios de risco em níveis baixíssimos. As principais dúvidas, por enquanto, repousam no ritmo em que o FED irá desmontar o seu balanço.

Assim, a remuneração dos investidores através dos juros obtidos nas aplicações em títulos soberanos, continuará muito baixa.

Renda Variável

Embaladas pela perspectiva de que os juros nos EUA terão alta bem gradual e pelos estímulos ainda em vigor na Europa e no Japão, as bolsas, principalmente as europeias, devem continuar mantendo sua trajetória de alta. Também beneficiadas pelo contexto, as bolsas dos países emergentes acenam um bom desempenho.

No mercado de commodities, especialmente no de petróleo, a expectativa de evolução dos preços é negativa. Além do fracasso da Opep em aumentar as cotações via redução da oferta, a possibilidade de venda de parte expressiva da reserva estratégica dos EUA e a produção do petróleo do xisto podem levar, como acreditam analistas soviéticos, o petróleo a recuar a até US\$ 25 o barril, no ano que vem.

b. Cenário Nacional

Puxada pelo agronegócio, a economia brasileira registrou, no primeiro trimestre deste ano, o primeiro resultado positivo após dois anos seguidos de resultados negativos. O PIB cresceu 1% nesse período, em relação ao último trimestre de 2016, embora em relação ao primeiro trimestre do ano anterior a variação tenha sido de 0,4% negativa.

Pelo lado da oferta, o crescimento do setor agropecuário foi de 13,4%, no trimestre, do setor industrial foi de 0,9% e o setor de serviços ficou estável. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,1%, os investimentos 1,6% e o consumo do governo 0,6%. As exportações, por sua vez, registraram alta de 4,8% entre janeiro e março e as importações de 1,8%, gerando um bom saldo da balança comercial, num contexto de melhoria do cenário global.

Na prática, a economia brasileira está operando no mesmo patamar em que estava no final de 2010. Com a longa recessão, os investimentos privados caíram para 13,7% do PIB, o pior nível desde o ano 2000.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, a taxa de desemprego no país foi de 13,3% no trimestre encerrado em maio, quando no ano anterior havia sido de 11,2%. O número de desempregados atingiu 13,8 milhões de pessoas depois de ter alcançado 14



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

milhões no mês anterior. Em um ano, foram 2,3 milhões de pessoas a mais sem emprego, um aumento de 20,4%.

O rendimento médio real (corrigido pela inflação) foi de R\$ 2.109,00, quando no ano anterior havia sido de R\$ 2.062,00, com alta de 2,2%.

No primeiro semestre de 2017, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 35,2 bilhões, sendo que no mesmo período de 2016 havia obtido um déficit de R\$ 23,8 bilhões. Em doze meses, foi registrado um déficit primário de R\$ 167,2 bilhões, equivalente a 2,62% do PIB.

As despesas com os juros nominais totalizaram R\$ 206,6 bilhões, no semestre, enquanto no primeiro semestre do ano anterior haviam sido de R\$ 173,3 bilhões. Em doze meses os juros totalizaram R\$ 440,3 bilhões (6,89% do PIB).

O resultado nominal, que inclui o resultado primário mais os juros nominais foi deficitário em R\$ 241,8 bilhões, no ano, frente a R\$ 197,1 bilhões no mesmo período de um ano antes. A Dívida Bruta do Governo Geral (governo federal, INSS, governos estaduais e municipais) alcançou R\$ 4,67 trilhões em junho, ou o equivalente a 73,1% do PIB.

No mês de maio, o governo registrou, por conta da antecipação do pagamento de precatórios e aumento de despesas, o pior déficit para o mês desde 1997, início da série histórica. Mas em função da queda da taxa Selic, a despesa com juros deve fechar o ano em cerca de R\$ 400 bilhões, abaixo dos 6,5% do PIB no ano passado e dos 8,4% de 2015.

Com a luz e a comida mais baratas, o Brasil teve deflação em junho, a primeira em 11 anos. A queda da inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE e que abrange as famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos foi de 0,23% no mês. No semestre o índice acumulou alta de 1,18 % e em doze meses de 3%.

Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, abrangendo famílias com renda mensal entre um e cinco salários-mínimos, caiu 0,30% em junho, acumulando uma alta de 1,12% no ano e de 2,56% em doze meses.

Importante mencionar que o Conselho Monetário Nacional, em sua última reunião em junho, decidiu alterar a meta de inflação de 4,5% para 4,25% a ser perseguida em 2019 e para 4% em 2020.

Depois de ter reduzido a taxa Selic de 11,25% para 10,25% a.a. em sua reunião de maio de 2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom sinalizou, através da ata da reunião, sobre a possibilidade de um corte de 1pp na taxa na reunião de julho, mesmo com o aumento das incertezas com a inflação, por causa da crise política.

Em pronunciamento no início de junho, o Gestora do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que, sob o ponto de vista histórico o patamar da taxa de juros real (descontada a inflação) é baixo e declinante. Na década de 90 estava acima de 20%, na década passada em torno de 10% e nos últimos anos ao redor de 5%.

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800, que é calculada pelo Banco Central do Brasil, fechou o primeiro semestre de 2017 cotada a R\$ 3.1307, acumulando uma queda de 3,94% no ano e de 4,15% em doze meses.

Em relação ao Balanço de Pagamentos, as transações correntes acumularam, em doze meses, terminados em junho, um déficit de US\$ 14,3 bilhões.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ou o equivalente a 0,76% do PIB, depois de ter se superado os US\$ 100 bilhões, em 2014. Os investimentos diretos no país (IED) totalizaram US\$ 36,3 bilhões no primeiro semestre, 7,2% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. Importante mencionar que na atualidade o investimento direto é responsável por financiar o equivalente a 4,5 vezes o déficit externo.

As reservas internacionais, ao final de junho, pelo conceito de liquidez eram de US\$ 378,4 bilhões e a dívida externa bruta US\$ 307,3 bilhões.

Quanto à Balança Comercial, o superávit no semestre foi de US\$ 36,2 bilhões, o maior saldo para o período em vinte e oito anos e com alta de 53,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 107,7 bilhões e as importações US\$ 71,5 bilhões.

Renda Fixa

Novamente o fator político fez a alta volatilidade estar presente no mercado financeiro e de capitais do Brasil. Quem também se aproveitou disso foi o investidor estrangeiro, que voltou durante o semestre a comprar títulos públicos, sobretudo os de prazos de vencimento mais longos. Após a acentuada queda nos preços dos títulos, em 18 de maio, em virtude da notícia da delação da JBS, as gestoras globais de recursos enxergaram a oportunidade e não se impressionaram com o escândalo. Os bons fundamentos macroeconômicos do país, principalmente a baixa inflação e as taxas de juros em queda, fizeram com que o estrangeiro resistisse à crise e apostasse no país.

Assim, o melhor desempenho entre os indicadores referenciais dos fundos de renda fixa com títulos públicos prefixados e indexados ao IPCA, foi o do IRF-M 1+, que acumulou alta de 11,98% no semestre, seguido do IDK20 (IPCA), com alta de 11,78%, enquanto a meta atuarial baseada no IPCA + 6% a acumulou alta de 4,11% no mesmo período.

Renda Variável

Para a bolsa brasileira, como dissemos, o fator político também teve uma influência determinante. O Índice Bovespa terminou o primeiro semestre do ano com uma alta de 9,45% e de 16,15% em doze meses, mas registrando fortes oscilações.

Os investidores estrangeiros, que representam hoje cerca de metade do volume financeiro da Bovespa, foram os responsáveis por um investimento líquido de R\$ 4,88 bilhões na bolsa brasileira, no primeiro semestre do ano e também neste mercado se aproveitaram das quedas por conta da crise política.

Ainda no segmento de renda variável, os fundos imobiliários, as vedetes entre os investidores em 2012 e 2013, que perderam rendimento nos anos seguintes, com a crise econômica, continuaram a se recuperar. O Ifix, Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários terminou os primeiros seis meses do ano com valorização superior a 27%.

c. Cenário Nacional – Perspectiva 2º Semestre 2017



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Para o FMI, em projeção já divulgada no mês de julho, o PIB do Brasil irá crescer 0,3% em 2017 e 1,3% em 2018, sendo que na estimativa anterior, a previsão para o próximo ano era do PIB subindo 1,7%. Os efeitos da crise política, principalmente sobre os investimentos privados explicam o maior pessimismo para 2018. Entretanto, o FMI diz que indicadores econômicos recentes sugerem que a economia brasileira está próxima de um ponto de virada, o que coloca a profunda recessão, aparentemente próxima do fim.

De fato, o resultado do primeiro trimestre foi melhor que o esperado, no entanto o crescimento foi muito concentrado nos setores do agronegócio e de exportação. O que revela que ainda há muito que se fazer para a economia se recuperar mais fortemente, especialmente com relação ao consumo e ao investimento necessário.

Ainda não há como precisar os efeitos da crise política no crescimento econômico, mas avanços que facilitam o desenvolvimento do país foram obtidos.

A reforma trabalhista foi aprovada no Senado e a da Previdência teve o seu texto aprovado nas comissões da Câmara. O clima favorável deve fazer com que o país colha uma safra recorde, em torno de 230 milhões de toneladas, que muito colabora com as contas externas do país, bem como com a inflação em baixa, juntamente com os juros. Para o ministro Meirelles, com as reformas, o crescimento do Brasil pode superar a marca de 3,5% ao ano, mas é preciso também ter em mira o crescimento da produtividade.

Para a média dos economistas que militam no mercado financeiro, conforme a pesquisa conduzida pelo Banco Central e divulgada através do Relatório Focus, em sua edição de 21 de julho, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,34% em 2017 e de 2% em 2018.

Em relação ao emprego, o IBGE divulgou no final de julho que a taxa de desemprego foi de 13% em junho, o que significava 13,5 milhões de desempregados. É difícil imaginar uma melhoria significativa do mercado de trabalho antes do segundo semestre de 2018.

O governo tem como meta fechar 2017 com um déficit primário de R\$ 139 bilhões. Com a arrecadação ainda afetada pelo baixo crescimento econômico e com as dificuldades em promover cortes adicionais de despesas, já se fala na mudança da meta para este ano. Representa algum alívio o aumento dos impostos incidentes sobre os combustíveis, mas novas fontes de receitas deverão ser buscadas, como por exemplo, a volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1995, que poderia render R\$ 60 bilhões anuais para a União, além da outorga de novas concessões.

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, a reforma da Previdência é importante para o resultado fiscal de médio e longo prazo. No curto prazo, a aprovação criaria um efeito positivo imediato na taxa de juros, ao sinalizar que o país entraria numa trajetória para a efetiva melhora das contas públicas. O ajuste de curto prazo depende do corte de despesas e do aumento da arrecadação.

Conforme o último Relatório Focus, o mercado financeiro estima que a inflação de 2017, medida através do IPCA, será de 3,33% e de 4,20% em 2018. Para o Banco Central, através do último Relatório Trimestral de Inflação, ela será de



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

3,8% neste ano, portanto, bem abaixo do centro da meta que é de 4,5%. Para 2018 estimou a variação do IPCA em 4,3%.

Conforme estimativas preliminares, a alta do imposto sobre os combustíveis pode ter um impacto de até 0,6 pontos no IPCA de 2017, sendo que quase a totalidade desta alta será por conta do aumento dos preços da gasolina. Assim, o aumento dos tributos afasta a hipótese de a inflação encerrar o ano abaixo do piso fixado para a meta de 3%. No entanto, adotada agora, a medida evita pressão adicional sobre os preços em 2018, pois a decisão teria que ser inevitavelmente adotada.

Também as tarifas de energia elétrica podem exercer alguma pressão sobre os preços, mas a crise política, conforme o Gestora do Banco Central parece estar tendo impacto neutro sobre a inflação. A demanda muito fraca, ainda representa um grande alívio para os preços.

Para o mercado financeiro, este ano e o próximo irão terminar com a taxa Selic em 8% a.a. Na última reunião do Copom, já em julho, a taxa Selic foi reduzida de 10,25% para 9,25% a.a. Foi a sétima vez seguida em que a taxa Selic foi reduzida.

No comunicado que se seguiu à decisão indicou que na reunião marcada para 6 de setembro, a manutenção do ritmo de corte dependerá da permanência das condições do cenário básico, que mostra a atividade econômica em estabilização, com recuperação gradual e desinflação difundida, inclusive em itens mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, como serviços.

O último Relatório Focus revelou que o mercado financeiro espera que o dólar esteja cotado a R\$ 3,30 no final de 2017 e a R\$ 3,43 no final de 2018.

Para a Balança Comercial, o Relatório Focus estima um superávit de US\$ 60 bilhões em 2017 e de US\$ 45,5 bilhões em 2018. Para o déficit em transações correntes, o mercado o estima em US\$ 21 bilhões em 2017 e em US\$ 33,6 bilhões em 2018. E finalmente para o Investimento Estrangeiro Direto – IED, a estimativa é de um ingresso de US\$ 75 bilhões em 2017 e em 2018.

Depois da crise gerada com a delação da JBS, a disparada do dólar foi contida, inclusive com o forte fluxo de investimentos estrangeiros para o mercado de renda fixa e variável. Para o FMI o Brasil dispõe de colchões de proteção importantes, em situações de alta volatilidade dos mercados, além de um sistema financeiro sólido e balanços corporativos saudáveis. É no setor externo que se encontra a menor vulnerabilidade da economia brasileira, principalmente em um momento de sucessivos recordes do saldo da Balança Comercial.

Renda Fixa

Embora a crise política ainda esteja presente, com o andamento da Operação Lava Jato e com novas delações que deverão surgir, como a do ex-ministro Palocci, os bons fundamentos macroeconômicos ainda permitem vislumbrar ganhos com a queda da taxa Selic. Se por um lado o juro menor motiva o aumento do risco nas aplicações financeiras, ainda sujeitas a fortes variações na volatilidade, por outro ainda há prêmio a ser capturado, principalmente nos títulos públicos indexados ao IPCA, de longa e longuíssima duração.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Para os bancos e gestores internacionais é positiva a expectativa com o Brasil. Os fortes investimentos estrangeiros diretos atestam essa visão, bem como a forte entrada de recursos em seguida a crise de maio.

Renda Variável

Com a queda das taxas de juros, aumenta ainda mais a atratividade do investimento em renda variável, principalmente em ações. Pelo lado das empresas, os juros em queda representam menores custos financeiros e maiores margens de lucros. Pelo lado do investidor um menor rendimento proporcionado pelos juros em queda, incentivos a busca por alternativas de maior rentabilidade.

Continuará sendo importante o interesse e participação do investidor estrangeiro em nosso mercado de ações. Se até junho o ingresso líquido de capital estrangeiro na bolsa montava a R\$ 4,88 bilhões, apenas em julho entraram R\$ 3,1 bilhões, de forma a elevar o saldo no ano para R\$ 7,98 bilhões. Com o avanço das reformas essas cifras deverão crescer de forma importante.

6. Segmentos de Aplicação:

A alocação de recursos do Fundo obedecerá às determinações emanadas da Resolução 3.922/10, definidas abaixo.

6.1. Segmento de RendaFixa

Até 100% (cem por cento) em:

a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

Cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos no item "a" e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Até 15% (quinze por cento) em:

b) Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos no item "a";

Até 80% (oitenta por cento) em:

c) Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Até 30% (trinta por cento) em:

d) Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Até 20% (vinte por cento) em:

e) Depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

Até 15% (quinze por cento) em:

f) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Até 5% (cinco por cento) em:

g) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

h) Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

6.2. Segmento de Renda Variável

Até 30% (trinta por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;

Até 20% (vinte por cento) em:

b) Cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;

Até 15% (quinze por cento) em:

c) Cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Até 5% (cinco por cento) em:



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

d) Cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

e) Cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

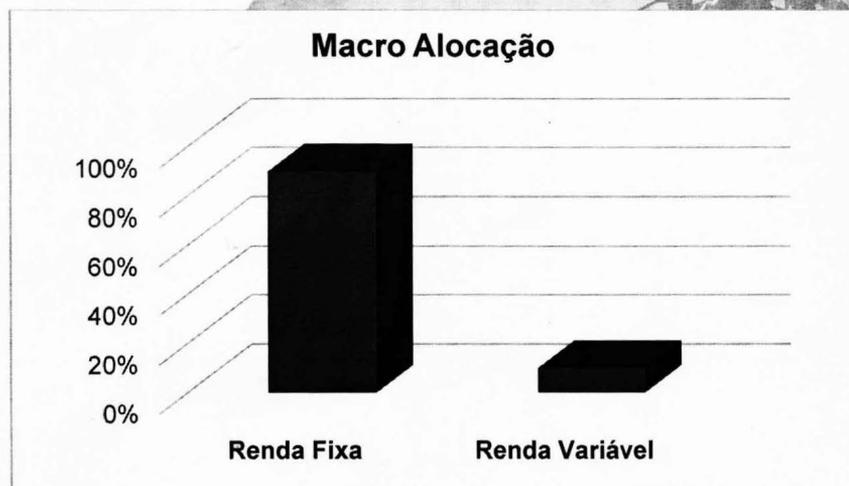
f) Cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

7. Carteira Prevista de Investimentos – 2018

o FMPS optou por uma gestão com perfil mais MODERADO.

7.1 Macro Alocação

Na alocação macro ficam definidos para o ano de 2018, os limites de até 90% para Renda Fixa e de até 10% para Renda Variável.





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

7.2 Micro Alocação Projetada

Abaixo, segue quadro demonstrativo da Micro Alocação dos recursos para 2018.

FMPS – 2018				
Quadro de Alocação de Recursos (Resolução CMN 3.922/2010)				
Segmento	Classe de Ativo	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Alocação Máxima Prevista 2018 (%)
Renda Fixa limite 3.922/2010 100%	Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	0	100	0
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	0	100	70
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0	15	0
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	0	80	10
	FI de Índices RF Subíndices ANBIMA - Art. 7º, III, "b"	0	80	0
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a"	0	30	10
	FI de Índices RF - Art. 7º, IV, "b"	0	30	0
	Poupança - Art. 7º, V, "a"	0	20	0
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, "b"	0	20	0
	FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	0	15	0
	FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	0	5	0
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0	5	0
Renda Variável Limite 3.922/2010 30%	FI Ações referenciados - Art. 8º, I	0	30	5
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0	20	5
	FI em Ações - Art. 8º, III	0	15	0
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0	5	0
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0	5	0
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0	5	0



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Para os próximos 5 anos os objetivos de alocação do FMPS será:

FMPS- Próximos 5 Anos			
Quadro de Alocação de Recursos (Resolução CMN 3.922/2010)			
Segmento	Classificação	2010	2011
Renda Fixa Limite 3.922/2010 100%	Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	0	0
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	50	100
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0	0
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	5	80
	FI de Índices RF Subíndices ANBIMA - Art. 7º, III, "b"	0	20
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a"	5	30
	FI de Índices RF - Art. 7º, IV, "b"	0	5
	Poupança - Art. 7º, V, "a"	0	0
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, "b"	0	0
	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	0	0
	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	0	0
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0	5
Renda Variável Limite 3.922/2010 30%	FI Ações referenciados - Art. 8º, I	0	15
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0	15
	FI em Ações - Art. 8º, III	5	15
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	2	5
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0	0
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0	5
SUBTOTAL		57	155
TOTAL GERAL		57	155

7.2.1 Projeção de rentabilidade da Micro Alocação

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a.**, observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos previdenciários e atuariais.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

7.2.2 Enquadramentos

De acordo com a resolução CMN 3922/10, a parcela de investimentos em Renda Fixa, que no caso do FMPS será de até 100% dos recursos, terá como parâmetro de rentabilidade Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub-e índices.

Na Renda Variável, que poderá aplicar até 20% dos recursos do FMPS, a carteira devesa buscar fundos que utilizam como parâmetro de rentabilidade o Ibovespa ou um de seus sub-índices quando aprovado limites para o segmento.

O RPPS por sua Presidência monitorará o mercado financeiro buscando alternativas de diversificação para enquadramento respeitando os limites legais e buscando alcançar a meta de rentabilidade estabelecida nesta política.

7.3 Cenários dos Retornos Esperados

A Presidência do FMPS, após análise das perspectivas internacionais e nacionais, vislumbra os seguintes cenários de retorno do investimento:

Nos cenários apresentados, consideramos uma expectativa de rentabilidade para carteira global do FMPS, próxima da Meta Atuarial (INPC + 6% a.a.), conforme o quadro de projeções para 2018. Este resultado, mesmo que não se atinja a meta, é o que será possível com a diversificação que o FMPS promoverá na implantação da presente política de investimentos e as limitações impostas pela legislação vigente. Contudo, é importante ressaltar que o quadro acima reflete as **expectativas de mercado** no intervalo de 1 (um) ano, de janeiro a dezembro, e terá que adequar o portfólio do FMPS à política a fim de que os resultados esperados possam concretizar-se.

8. Vedações

- Aquisição de títulos públicos federais que não sejam registrados na SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- Realizar operações denominadas *day-trade* nas negociações com ativos de renda fixa ou renda variável;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de investimentos cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de investimento em direitos creditórios) não padronizados;
- Praticar as operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo,



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;

- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na resolução CMN 3922/10;
- Outras modalidades expressamente vedadas nesta Política de Investimentos.

9. Controles de Riscos

O Gerenciamento do risco será avaliado pela metodologia do (VaR), Nível Máximo de Valor em Risco, com 95% de confiabilidade. o FMPS por sua Presidência fará o acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

9.1 Risco de Mercado

O risco de mercado depende do comportamento do preço do ativo em função das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, seria importante identificar e quantificar fatores que impactam a dinâmica do preço ativo. Pode ser subdividido em algumas grandes áreas, como acionárias, câmbio, juros e mercadorias (*commodities*).

O controle de risco de mercado é feito com base nos limites estabelecidos na legislação aplicável e complementado nessas diretrizes de investimento. O risco de mercado é estimado, empregando-se determinadas medidas estatísticas de probabilidade e correlação para calcular os riscos de cada instrumento e agregá-los para o cálculo de risco de uma carteira. Essas medidas são, basicamente, o desvio-padrão dos ativos e as variâncias e covariâncias, como medidas de correlação entre os retornos dos ativos da carteira.

9.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de perdas devido à incapacidade se de desfazer rapidamente uma posição, ou obter financiamento, devido às condições de mercado. Como exemplos de risco de liquidez podem-se mencionar as operações com carteiras de Eurobonds brasileiros, ações de segunda e terceira linhas, alguns contratos futuros negociados na BM&F etc.; outros ajustes de margem que venham a consumir a liquidez da instituição.

9.3 Risco de Crédito

O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honrar seus compromissos. Perdas, neste contexto, correspondente aos recursos que poderão não ser recebidos. Quando uma empresa sofre redução do seu *rating* de crédito, a elevação do seu risco percebido é notada e o valor dos seus papéis negociados em mercados secundários é reduzido, em decorrência da elevação da taxa de desconto dos títulos. A deterioração do crédito pode provocar perdas, ainda que a situação de inadimplência não tenha se verificado de fato.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

9.4 Risco de Descasamento (Ativo / Passivo)

Para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionados pelos Gestores do RPPS. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativo, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do RPPS.

10. Critérios de Avaliação de Aplicações e Resgates

10.1 Critério de Avaliação para Aplicação

Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Resolução 3922 /2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para credenciamento padrão e observar os critérios desta Política de Investimento, conforme item 4, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação.

10.2 Critério de Avaliação para Resgate

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas nas avaliações e análises efetuadas pelo comitê de investimentos, poderão ser realocados, dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar o capital investido do RPPS e a superação da sua meta atuarial (TMA).

11. Critérios de Avaliação e Acompanhamento dos Investimentos

A avaliação de desempenho do FMPS será feita pelo Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, juntamente com a Presidência, mensalmente, elaborando relatórios mensais e trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo FMPS. Semestralmente, no mínimo, elaborar o relatório de avaliação do desempenho, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.

12. Disposições Gerais

Atendendo ao disposto no artigo 4º da Resolução 3922/2010, o relatório da política de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

12.1 Vigência

O prazo de vigência desta Política de Investimentos compreende o período de 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 à 31/12/2018.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

12.2 Reavaliações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesse documento, e que não estiverem de acordo com as diretrizes de investimento ou em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos para devida avaliação.

A política de investimentos foi desenvolvida, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses e poderá, **JUSTIFICADAMENTE**, ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao comportamento da conjuntura do mercado ou a nova legislação.

12.3 Formas de Divulgação

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação, através de web site, diário oficial, mural, ou outras formas de divulgação do FMPS.

12.4 Responsabilidade do Gestor de Investimentos

O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo e a unidade gestora do regime (preferencialmente) como servidor titular de cargo efetivo, apresentado formalmente designado para a função por ato da autoridade competente. Deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no Mercado brasileiro de capitais. Assinará, conjuntamente com o Gestora do FMPS, nas decisões de alocações dos recursos financeiros.

12.5 Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2018, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM e o Relatório de Mercado - FOCUS. O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente.

As disposições gerais completam os quesitos para o encerramento da Política de Investimentos. Destaca-se que esta política anual de investimentos dos recursos do FMPS e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação. Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, conforme prevê a Resolução CMN 3.922/2010".

A documentação comprobatória desta política anual de investimentos deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

Igualmente, estes respectivos documentos devem ser disponibilizados aos seus segurados e pensionistas acompanhado das respectivas revisões, no prazo de trinta dias, contados da data da sua aprovação.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

É parte integrante desta Política de Investimentos cópia da Ata do comitê gestor de investimentos, que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

12.6 Deliberações da Presidência

→ A Política de Investimentos terá vigência por um ano, após devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos do FMPS e sua Direção Executiva, mantendo as premissas básicas de curto/médio prazo;

→ O planejamento da política de investimento foi realizado, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses;

→ Revisões extraordinárias deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação;

→ Esta política de investimentos será disponibilizada na íntegra por meio eletrônico, no site da municipalidade e no átrio do Paço Municipal, no máximo 30 (trinta) dias após a sua aprovação;

→ Durante o ano de 2018 deverá ser mantido o processo de certificação dos membros do Comitê de Investimentos e do CMP, os quais deverão estar qualificados para o acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da certificação, ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e do DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos;

→ As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o FMPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados;

→ Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/10, nº 4.392/14 e nº 4.604/17, e nas Portarias MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações subsequentes;

→ Fazem parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA e Comitê de Investimentos que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros e os anexos relacionados abaixo:

Anexo I: Ata reunião do Colegiado em 27/12/2017.

→ A política de investimentos do FMPS foi aprovada através da Ata de Reunião do Colegiado (CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA e Comitê de Investimentos) junto com A Presidência, em 27/12/2017



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

12.7 Deliberações do Conselho e Comitê de Investimentos

Aprovamos a política de investimentos do FMPS em reunião do Colegiado (CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA e Comitê de Investimentos) junto com a Presidência, em 27/12/2017 e seu prazo de vigência compreende o período de 01/01/2018 a 31/12/2018 em conformidade a Res. 3922/10.

Palhano, 27/12/2017.

EDINALVA FRANCISCA LIMA SILVA
Gestora

Conselho Municipal de Previdência

CMP-Membro

CMP-Membro

CMP-Membro

CMP-Membro

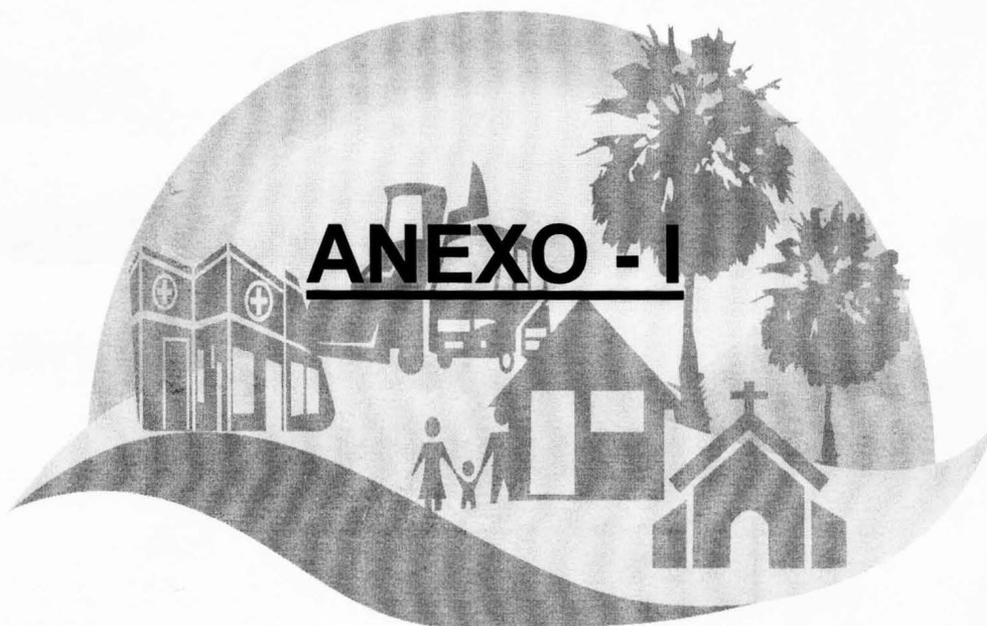
Comitê de Investimentos

Comitê de Investimentos- Gestora

Comitê de Investimentos-Membro



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PALHANO
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Página - 008

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP E COMITÊ DE INVESTIMENTO REALIZADA EM 27/12/2017.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas da manhã, na Sala de reuniões do Gabinete do Prefeito de Palhano, situada a Avenida Possidônio Barreto, 330, Centro, Palhano, Estado do Ceará, Reuniram-se os as senhores/as conselheiros/as, membros do Conselho Municipal de Previdência de Palhano e Comitê de Investimentos, com a seguinte pauta: 1- Aprovação da Política de Investimentos para 2018; 2 - Informes gerais. A presidenta do Conselho Edinalva Silva, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho Municipal de Previdência (artigo 11), fez a verificação do número de Conselheiros presentes, e constatou um total de quatro membros com direito a voz e voto; e um membros suplentes com direito a voz, tendo em vista que seu titular encontrava-se presente conforme segue: Edinalva Francisca Lima Silva e Linete Alves de Lima Barros (Representantes titulares do Poder Executivo), Josimar Domingos (Representante titular dos servidores ativos), Edvaldo Ferreira Lima Filho (Representante suplente do Poder Executivo (com direito a voz)) e Jander Rodrigues da Silva (Representante suplente dos servidores ativos (substituindo o conselheiro titular, com direito a voz e voto). Ato contínuo, a senhora Presidenta do Conselho Municipal de Previdência Edinalva Silva, deu início a reunião cumprimentando os presentes em seguida distribuiu a pauta aos conselheiros. Registrou ainda que o Comitê de Investimentos, encontra-se representado por dois membro, Linete Alves de Lima Barros (Representante Membro do Conselho Municipal de Previdência - CMP) e Edinalva Francisca Lima Silva (Coordenadora do FMPS). Passando para o primeiro ponto da pauta, a senhora Presidente, apresentou o senhor Roberto Frota, da empresa PACTUS ASSESSORIA, que nos assessora e que veio nos ajuda na apresentação da proposta de Política de investimentos 2018. A Presidenta passa a palavra para o senhor Roberto Frota que fez uma explanação sobre a proposta de Política de investimentos 2018, esclareceu dúvidas dos conselheiros. Com a palavra a Presidenta do Conselho e do Comitê de Investimentos colocou em regime de votação a proposta de Política de investimentos 2018, que obteve aprovação unânime dos presentes. E não havendo nada mais a ser registrado, eu Maria Vanusha, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por quem de direito.

Edinalva Francisca Lima Silva
Jander Rodrigues da Silva
Josimar Domingos
Edvaldo Ferreira Lima Filho

